



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER N. 137 DE 2018.

PROJETO DE LEI N. 81, DE 2018

PROPONENTE: Poder Executivo

RELATOR: Vereador Damasceno Junior/PSDC

SÚMULA: Autoriza de concessão de direito de uso, a título oneroso, mediante licitação para exploração dos bens públicos denominados de autódromo Zilmar Beux de Cascavel e Kartódromo Municipal Delci Damian.

30/17 RECEBIDO EM
2018 às
Câmara Municipal de Cascavel, Paraná
Diretoria Legislativa

PARECER FAVORÁVEL

I. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O Projeto de Lei n. 81, de 2018, autoriza a concessão de direito de uso, a título oneroso, mediante licitação para exploração dos bens públicos denominados de autódromo Zilmar Beux de Cascavel e Kartódromo Municipal Delci Damian.

Na Mensagem, o Executivo afirma que "o presente anteprojeto de lei tem por escopo a reestruturação organizacional, tendo em vista, a necessidade observada no decorrer do presente ano, conforme as Secretarias Municipais foram observando a necessidade de ajustes e redistribuição de atribuições, para melhorar e agilizar os serviços prestados à população do Município de Cascavel".

II – PARECER

O Projeto n. 81, de 2018, se assenta, primeiramente, no princípio da supremacia do interesse público, pois indica como principais objetivos a geração de emprego e a promoção de lazer para a comunidade, dois direitos fundamentais/sociais garantidos pela Carta Maior da República:

"Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I -

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

....."



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I -

IV - salário mínimo , fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
.....” (grifo nosso)

O Projeto, portanto, visa conjugar ambas as garantias constitucionais, trabalho e lazer, obviamente de interesse público.

A respeito da concessão de direito de uso, assevera Marçal Justen Filho:

“... a concessão de uso de bem público consiste na atribuição temporária a um particular do direito de uso e fruição exclusivos de certos bens públicos. Essa transferência tanto pode fazer-se para que o particular valha-se do bem para satisfação de seus interesses próprios e egoísticos como também poderá propiciar exploração empresarial, com o desenvolvimento de atividades econômicas lucrativas em face de terceiros.”

Nesse sentido, verifica-se que o projeto se ajusta aos fins pretendidos e escolhe o instituto adequado para sua execução.

Quanto à iniciativa, é competência do Município a proposição uma vez que de notório interesse local, nos termos do artigo 30 inciso I da Constituição Federal, c/c o artigo 19 inciso I da nossa Lei Orgânica, e é de competência do Prefeito Municipal a administração dos bens do Município, conforme o art. 162 da Lei Orgânica:

Nessa esteira, vale ressaltar que a concessão de uso exige autorização legislativa, de acordo com artigo 166 do código municipal:

“Artigo 166. O Município outorgará concessão de direito de uso, preferencialmente à venda ou doação de seus bens imóveis, mediante autorização legislativa e concorrência pública”.

Ainda, em seu art. 169, trata da concessão de uso:



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

"Os bens municipais poderão ser utilizados por terceiros, mediante concessão, permissão e autorização, conforme o caso e o interesse público ou social, devidamente justificado, o exigir. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 13/2007)".

Por fim, a Lei da Licitação, Lei n. 8.666, de 1993, dispõe, em seu art. 2º:

"As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei." (grifo nosso)

Conclui-se, diante do exposto, que o Projeto está em consonância com os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que tratam do tema. Logo, o projeto se ajusta aos preceitos legais exigidos para análise do mérito, por isso manifesto meu parecer favorável pela continuação de seu trâmite nesta Casa de Leis.

III. VOTO DA COMISSÃO

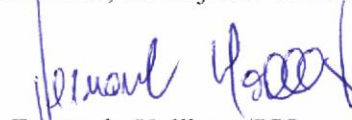
Os ilustres vereadores Fernando Hallberg/PPL e Pedro Sampaio/PSDB acompanham o voto do Eminentíssimo Relator Damasceno Junior/PSDC; desta feita, a COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO opina pelo voto FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n. 81, de 2018.

É o parecer.


Damasceno Junior/PSDC
Relator


Pedro Sampaio/PSDB
Secretário

Sala das Comissões Permanentes.
Cascavel, 13 de julho de 2018.


Fernando Hallberg/PPL
Membro